



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa para a prestação dos SERVIÇOS TELEFÔNICOS NAS MODALIDADES LOCAL COM SERVIÇO DDR, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN) E LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI), para chamadas de telefones fixos para fixos e de fixos para móveis, sem restrições, incluindo o fornecimento de entroncamento digital para o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, ligados diretamente à central telefônica do TRESC, localizada em Florianópolis/SC.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A importância dos serviços telefônicos e da comunicação de dados na consecução dos objetivos e no desenvolvimento e execução das atividades diárias essenciais da Justiça Eleitoral Catarinense.

2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Pretende-se, por meio de uma nova contratação, garantir a continuidade dos serviços já prestados atualmente na sede do TRESC, por meio da Central PABX, com acréscimo de serviços, na prestação dos serviços de comunicação de voz, a fim de se evitar transtornos pela falta de tais serviços.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEJE	<ul style="list-style-type: none">OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os estudos preliminares foram juntados ao PAE n. 34.959/2020.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista e a contratada é a contratação de empresa para a prestação dos serviços telefônicos nas modalidades Local com serviço DDR, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), para chamadas de telefones fixos para fixos e de fixos para móveis, sem restrições, incluindo o fornecimento de entroncamento digital para o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, ligados diretamente à central telefônica do TRESC, localizada em Florianópolis/SC.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

2.7.1 Contratação de empresa para a prestação dos SERVIÇOS TELEFÔNICOS NAS MODALIDADES LOCAL COM SERVIÇO DDR, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN) E LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI), para chamadas de telefones fixos para fixos e de fixos para móveis, sem restrições, incluindo o fornecimento e a instalação de entroncamento digital para o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, ligados diretamente à central telefônica do TRESP, localizada em Florianópolis/SC, conforme abaixo:

2.7.1.1. 3 (três) entroncamentos digitais bidirecionais (Feixe E1) de 2 Mbps, de 30 canais para cada um dos 3 (três) entroncamentos, para a central PABX da sede do TRESP, com faixa de numeração de 100 (cem) ramais DDR por assinatura, totalizando 300 (trezentos) ramais.

2.7.1.2. 2 (dois) entroncamentos digitais bidirecionais (Feixe E1) de 2 Mbps, de 10 canais para cada um dos 2 (dois) entroncamentos, para a central PABX da sede do TRESP, com faixa de numeração de 50 (cinquenta) ramais DDR por assinatura, totalizando 100 (cem) ramais.

2.7.1.3. Serviço Telefônico Fixo Comutado Local, englobando as chamadas realizadas dentro de uma mesma área local, originadas da Central PABX do prédio sede do TRESP, incluindo as ligações de telefones fixos para fixos e fixos para móveis.

2.7.1.4. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Nacional Intrarregional, entendendo-se como tal as chamadas originadas na sede do TRESP, Florianópolis/SC, com destino a outros municípios do Estado de Santa Catarina e para capitais e municípios dos estados integrantes da Região II (Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Tocantins, Rondônia, Distrito Federal), conforme Plano Geral de Outorgas, incluindo as ligações de telefones fixos para fixos e de fixos para móveis.

2.7.1.5. Serviço Telefônico Fixo Comutado de Longa Distância Inter-Regional, entendendo-se como tal as chamadas originadas na sede do TRESP, Florianópolis/SC, para capitais e municípios integrantes das Regiões I (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima) e III (São Paulo), conforme Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto n. 2.534, de 2.4.1998, incluindo as ligações de telefones fixos para telefones fixos e de telefones fixos para telefones móveis

2.7.1.6. Serviço de longa distância internacional (LDI), incluindo as ligações de telefones fixos para telefones fixos e de telefones fixos para telefones móveis.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Considerando a natureza do objeto, não é possível o seu parcelamento. A adjudicação deve ser apenas para um fornecedor, ou seja, global, em razão do tipo de serviço a ser prestado, com todos os itens disponíveis na central PABX do TRESP, não cabendo a disponibilização dos serviços por mais de uma empresa.

2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o fornecedor que apresentar a proposta de menor preço e os documentos de habilitação em conformidade.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Para a habilitação do fornecedor deverá ser observado o seguinte critério, além dos definidos no edital de licitação:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Id.	Critério de Habilitação
1	Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante cópia do contrato de concessão ou termo de autorização, ou ainda extrato de publicação na imprensa oficial destes instrumentos, para a prestação de Serviços Telefônico Fixo Comutado (STFC), outorgada pelo poder concedente, nos termos da legislação em vigor.

2.10.2. Critérios Técnicos Obrigatórios

Não se aplica a esta contratação.

2.10.3. Critérios Técnicos Opcionais (Licitação tipo "melhor técnica" e "técnica e preço")

Não se aplica a esta contratação.

2.10.4. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

A modalidade de licitação é o pregão eletrônico, do tipo menor preço

2.12. Impacto Ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Deverá ser fornecida pela Contratada
Infraestrutura Elétrica	Não há necessidade de adequação
Logística de Implantação	Deverá ser fornecida pela Contratada
Espaço Físico	Não há necessidade de adequação
Mobiliário	Não há necessidade de adequação
Impacto Ambiental	Não há necessidade de adequação

2.13. Conformidade Técnica

Possuir concessão, permissão ou autorização da ANATEL para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico / Termo de Referência.

2.14. Obrigações do Proponente

Os proponentes deverão apresentar os seguintes valores, por item, para fins de análise da proposta mais vantajosa para o TRESC, e para fins de julgamento:

Serviço	Unidade de Medida	Quantidade mensal total estimada	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR TOTAL (EM R\$)
Instalação feixes digitais (E1)	Feixes	05		



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		(única)		
Assinatura mensais de feixes digitais	Feixes	03 assinaturas de 30 canais de comunicação por assinatura		
	Feixes	02 assinaturas de 10 canais de comunicação por assinatura		
Assinatura mensais de faixas de numeração DDR	Faixas de DDR	3 assinaturas com 100 ramais DDR por assinatura		
	Faixas de DDR	2 assinaturas com 50 ramais DDR por assinatura		
Ligação fixo-fixo local	Minutos	3.500		
Ligação fixo – móvel VC-1	Minutos	1.000		
Ligação fixo-fixo DDD	Minutos	3.000		
Ligação fixo-móvel VC-2 DDD	Minutos	10		
Ligação fixo-móvel VC-3 DDD	Minutos	04		
Ligação fixo-fixo R1 e R3 a R10 DDI	Minutos	00		
Ligação fixo-móvel R1 e R3 a R10 DDI	Minutos	00		
Ligação fixo-fixo R2 DDI	Minutos	04		
Ligação fixo-móvel R2 DDI	Minutos	00		

As quantidades mensais previstas são uma estimativa baseada no consumo atual mensal, e tratam-se de quantias referenciais e não de limites mensais fixos (mínimos e/ou máximos) e/ou vinculados à utilização dos serviços, devendo ser cobrado somente o que for efetivamente



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

utilizado.

Para fins de formulação de proposta, deverá ser considerado o horário diário das 08:00 às 20:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Os valores apresentados por ocasião da proposta deverão conter todos os impostos e encargos decorrentes da prestação dos serviços objeto desta contratação.

Deverão ser cotados valores financeiros para todas as modalidades de ligações discriminadas, ainda que a estimativa mensal seja 00 (zero).

Como critério de tarifação, deverá ser adotada a metodologia definida pelo art. 12 do Anexo à Resolução n. 424/2005 da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL:

- a) Unidade de tempo de tarifação: 06 (seis) segundos.
- b) Tempo de tarifação mínima: 30 (trinta) segundos.
- c) Chamadas faturáveis: somente são faturáveis chamadas com duração superior a 03 (três) segundos, observado o disposto na alínea “d”.
- d) No caso de chamadas a cobrar, exceto as chamadas destinadas ao código 0800, somente são faturadas as chamadas com duração superior a 06 (seis) segundos, contada a partir do término da mensagem informativa.
- e) Chamadas sucessivas com duração inferior a 30 (trinta) segundos, efetuadas entre os mesmos acessos de origem e de destino, e quando o intervalo entre o final de uma ligação e o início da seguinte for inferior a 120 (cento e vinte) segundos, são tarifadas como uma única ligação, cuja duração é igual ao somatório das durações das chamadas sucessivas ou igual ao tempo de tarifação mínima.

2.15. Obrigações da Contratante

2.15.1. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos neste projeto básico.

2.15.2. Promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, ou seu substituto, [ou seu superior imediato](#), a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.15.3. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

2.15.4. Documentar as ocorrências havidas e controlar as ligações realizadas.

2.15.5. Disponibilizar instalações necessárias à prestação dos serviços.

2.15.6. Indicar o local onde será prestado o serviço.

2.15.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

2.16. Obrigações da Contratada

2.16.1. A Contratada deverá ter condições técnicas e concessão, permissão ou autorização da ANATEL para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico.

2.16.2. Prestar os serviços, objeto deste Projeto Básico, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela ANATEL.

2.16.2.1. As interrupções programadas (previsíveis) deverão ser comunicadas ao TRESP, por intermédio do gestor do Contrato, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.3. Cumprir as regras ora estabelecidas, bem como aquelas divulgadas pela ANATEL e demais disposições legais e regulamentares pertinentes aos serviços contratados, em especial aquelas previstas na Resolução n. 426/2005, da ANATEL.

2.16.4. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, prestando-os dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica, assumindo inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, sendo vedado qualquer tipo de transferência a outras empresas por problemas de funcionamento dos serviços prestados.

2.16.4.1. Prestar os serviços com disponibilidade anual mínima em 99,50% (noventa e nove por cento e cinquenta centésimos) do tempo contratado.

2.16.4.2. Efetuar mensalmente testes de verificação da qualidade de transmissão, com a supervisão da CONTRATANTE, ou quem esta designar, de forma a identificar eventuais falhas de sincronismo, perdas de ligações, bloqueio de canais, travamentos ou outras situações que possam influenciar nos níveis de serviço.

2.16.5. Garantir que as saídas fornecidas serão suficientes e necessárias para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade nos serviços telefônicos prestados.

2.16.6. Implantar, adequadamente, a supervisão permanente dos serviços, de forma a se obter uma operação correta e eficaz.

2.16.7. Garantir a portabilidade numérica de todos os códigos de acesso (acessos digitais/faixas de numeração) e Linhas Diretas Não Residências (Linhas NR) - atualmente utilizados pelo TRESP, sem qualquer custo ao Contratante e nas condições e prazos estabelecidos na Resolução n. 460/2007, da ANATEL.

2.16.8. Não divulgar o nome do TRESP associado ao objeto deste Projeto Básico.

2.16.9. Previamente ao início dos serviços, deverá designar um consultor ou supervisor com condições de acompanhar todos os aspectos de caráter técnico, gerencial ou operacional do contrato, respondendo ao TRESP sempre que solicitado.

2.16.9.1. Os dados nominais e de contato do supervisor designado deverão ser encaminhados ao Contratante, pelo e-mail cis-gab@tre-sc.jus.br, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato.

2.16.9.2. O supervisor fará permanente contato com o gestor por intermédio do qual receberá e transmitirá aos profissionais as necessárias instruções, com vistas ao perfeito desempenho dos serviços contratados.

2.16.9.3. O supervisor deverá atender ao gestor sempre que solicitado, prestando as informações e os esclarecimentos solicitados, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Contratante, disponibilizando, desde o início da vigência do contrato, número de telefones fixo e móvel para contato, inclusive emergencial, e endereço de correio eletrônico.

2.16.10. Deverá manter endereço, número de telefone e demais dados atualizados, informando imediatamente quaisquer alterações ao TRESP pelo e-mail cis-gab@tre-sc.jus.br.

2.16.11. Fornecer número telefônico para registro das reclamações sobre o mau funcionamento, defeitos e interrupções, ainda que intermitentes, dos serviços contratados.

2.16.11.1. O atendimento da Contratada, inclusive por meio de suporte técnico, às solicitações do TRESP deverá ser imediato e terá de estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana.

2.16.12. Garantir que o bloqueio eventual de linha(s) somente poderá ser executado por solicitação expressa do TRESP.

2.16.13. Manter seus técnicos identificados por crachá, quando em trabalho, efetuando a imediata substituição de técnico que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do TRESP.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.6.14. Levar, imediatamente, ao conhecimento do gestor do TRESA qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

2.6.15. Disponibilizar as faturas mensais, por meio de sistema eletrônico de consulta, fornecendo senha de acesso ao gestor do contrato, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de vencimento.

2.6.15.1. A(s) fatura(s) deverá(ã)o conter os valores bruto e líquido, discriminados os descontos, impostos e serviços.

2.6.15.2. Se a(s) fatura(s) emitida(s) contiver(em) erros ou estiver(em) em desacordo com as disposições do contrato, fica automaticamente prorrogado o vencimento para 10 (dez) dias após a correção pela Contratada, a contar do recebimento, pelo Contratante, da(s) fatura(s) corrigida(s) com a data de vencimento atualizada, de modo a viabilizar o respectivo pagamento.

2.6.16. Faturar em um prazo máximo de 90 (noventa) dias para o serviço de longa distância nacional e de 150 (cento e cinquenta) dias para o serviço de longa distância internacional, após o encerramento do contrato, as ligações de longa distância, realizadas em decorrência desta contratação.

2.6.17. Assumir a responsabilidade por "clonagem" ou subscrição que porventura venham a ser identificadas nas linhas telefônicas, sem nenhum prejuízo ao TRESA.

2.6.18. É permitido à Contratada:

2.6.18.1. Cobrar os valores de assinatura e tarifas nos termos da proposta.

2.6.18.2. Cobrar os valores padrões de tarifas de outros serviços, não previstos neste Projeto Básico, utilizados voluntariamente pelo TRESA, com base no valor de mercado e nunca acima dos valores registrados na ANATEL.

2.6.19. É vedado à Contratada:

2.6.19.1. Cobrar quaisquer tarifas:

- por chamada telefônica não completada e/ou sem observância às regras de tarifação (Resolução n. 424, da ANATEL);

- a título de franquia de consumo obrigatório.

2.6.19.2. Incluir na(s) fatura(s) e prestar quaisquer serviços não contratados ou expressamente autorizados pelo gestor do contrato, ainda que gratuitos e/ou promocionais.

2.6.19.3. Fazer distinção nas tarifas em relação aos horários normal e reduzido.

2.6.19.4. Exigir a contratação de quaisquer serviços adicionais.

2.6.20. Fornecer, sempre que solicitado, a comprovação dos preços vigentes, em relação aos serviços contratados.

2.6.21. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações telefônicas decorrentes da contratação, considerando os recursos disponibilizados pela Contratada, mas respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

2.6.22. Garantir a suspensão e/ou interrupção dos serviços contratados, quando solicitados pelo TRESA.

2.6.23. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante.

2.6.24. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste projeto básico.

2.17. Custo estimado da contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Os serviços compreendem o seguinte detalhamento:

I – Serviço Telefônico Fixo Comutado Local – Feixes Digitais

INSTALAÇÃO	
Serviço	Quantidade
Instalação de feixes digitais (E1)	5

II – Assinaturas Mensais

Serviço	Quantidade	Capacidade por assinatura	Capacidade total	Linhas com as faixas de numeração DDR a serem mantidas
Assinaturas mensais de feixes digitais	3 assinaturas	30 canais de comunicação	90 canais de comunicação	
	2 assinaturas	10 canais de comunicação	20 canais de comunicação	
Assinaturas mensais de faixas de numeração DDR	3 de DDR 48	100 ramais de comunicação	300 ramais DDR	Tronco chave 48-3251-3700 Faixas existentes: 3700 a 3799 Tronco chave – 48- 3251-3800 Faixas existentes: 3800 a 3899) Tronco chave – 48-3251-7400 Faixas existentes: 7400 a 7499
	2 sendo: 1 de DDR 47	50 ramais de comunicação	100 ramais DDR	Tronco chave: Criar tronco com DDD 47 Faixas DDR – instalar 50



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	1 de DDR 49			ramais DDR Tronco chave: Criar tronco com DDR 49 Faixas DDR – instalar 50 ramais DDR
--	-------------	--	--	--

III – Ligações Modalidade Local

Perfil de Tráfego (Estimativas de consumo médio mensal)				
— Ligações Modalidade Local —				
Município	Local	Tipo de telefone e rede de destino	Quantitativo médio estimado de chamadas mensais*	Quantitativo médio estimado de minutos de conversação mensais**
Florianópolis	Prédio-sede	FIXO – FIXO – LOCAL	1750	3.500
		FIXO – MÓVEL VC1	500	1.000
TOTAL MENSAL ESTIMADO DE MINUTOS DE CONVERSAÇÃO (FIXO X FIXO)				3.500
TOTAL MENSAL ESTIMADO DE MINUTOS DE CONVERSAÇÃO (FIXO X MÓVEL)				1.000

*Período considerado: 08:00 às 20:00 horas (segunda a sexta-feira)

**Tempo médio de duração de chamada considerado: 02 minutos, em todos os casos.

IV – Ligações Modalidade Longa Distância Nacional e Internacional

LONGA DISTÂNCIA NACIONAL		
Tipo de telefone e rede de destino	Quantitativo médio de chamadas mensais*	Quantitativo médio estimado de minutos de conversação mensais**
FIXO – FIXO	1.500	3.000
FIXO – MÓVEL VC2	05	10
FIXO – MÓVEL VC3	02	04
LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL		
Região (Tipo de Telefone)	Quantitativo médio de chamadas mensais*	Quantitativo médio estimado de minutos de conversação mensais**
R1 e R3 a R10	00	00



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

(FIXO – FIXO)		
R1 e R3 a R10 (FIXO – MÓVEL)	00	00
R2 (FIXO – FIXO)	02	04
R2 (FIXO – FIXO)	00	00

***Período considerado: 08:00 às 20:00 horas (segunda a sexta-feira)**

****Tempo médio de duração de chamada considerado: 02 minutos, em todos os casos**

- Regiões:

R1: região composta pelos países EUA e Canadá

R2: região composta pelos Países do Mercosul

R3: região composta pelos demais Países das Américas, não inclusos na R2 e exceto Cuba, Guiana e Suriname

R5: região composta pelos Países da Europa e Japão

R6: região composta pelos Países do Oriente Médio, exceto Israel

R7: região composta pelos País Israel

R8: região composta pelos Países da África

R9: região composta pelos Países da Ásia (exceto Japão), e

R10: região composta pelos Países da Oceania (exceto Austrália).

Observações:

- Para a prestação dos serviços descritos neste Projeto Básico, a Contratada deverá fornecer e conectar Troncos de Entrada e Saída Digitais (E1) junto à Central Telefônica instalada na Sede do TRESC.

- Todos os materiais e serviços necessários às instalações e conexões dos Troncos de Entrada e Saída, à instalação ou reprogramação do sistema telefônico e à alocação das faixas de numeração de ramais DDR serão fornecidos pela Contratada, assim como todas as despesas relacionadas, sem ônus de qualquer natureza para o TRESC.

- A instalação dos entroncamentos digitais deverá ser realizada de forma a não acarretar interrupção nos serviços de telefonia fixa comutada. Caso a interrupção seja inevitável, os serviços de instalação deverão ser realizados fora do horário de expediente e concluídos de uma só vez, sem qualquer prejuízo aos trabalhos institucionais.

- Todos os links fornecidos pela empresa contratada deverão ser obrigatoriamente terrestres, implementados por meio de par metálico ou fibra ótica.

- Com relação à PORTABILIDADE NUMÉRICA, caso a vencedora do certame não seja a atual prestadora de serviços de telefonia local para o TRESC, esta deverá realizar sem ônus para a CONTRATANTE, a Portabilidade Numérica das atuais faixas DDR já utilizadas, conforme indicado neste projeto básico.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- A execução da PORTABILIDADE NUMÉRICA deverá ser realizada em data e horário acordados com a CONTRATANTE, de forma a reduzir a possível interrupção dos serviços de telefonia fixa, devendo ser agendado preferencialmente para final de semana ou feriado.

- Em caso de mudança de endereço, o custo referente à instalação dos entroncamentos digitais na nova localidade não poderá ser superior aquele oferecido na proposta final apresentada pela empresa contratada.

- Em caso de mudança de endereço, conforme Regulamento Geral da Portabilidade, Resolução Nº 460, de 19 de março de 2007, da Agência Nacional de Telecomunicações/ANATEL, que trata da portabilidade numérica, a operadora deverá manter os mesmos números atuais do TRESP que tiverem linhas em operação.

3.2. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os entroncamentos digitais deverão ser instalados na Central PABX do TRESP, assim como todos os serviços serão prestados no TRESP, na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015.130.

3.3. PRAZO PARA O INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Contratada deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de assinatura do contrato, iniciar a prestação dos serviços contratados;

3.4. Códigos SIASG

21.873

3.5. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31 de outubro de 2025.

Florianópolis, em 04 de novembro de 2020.

Valeria Luz Losso Fischer
Integrante Demandante

Karla besen Schmitz
Integrante Técnico

Geraldo Luiz Savi Júnior
Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A execução e a gestão do contrato deverá ser da Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, ou seu substituto, [ou seu superior imediato](#).

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Não se aplica a esta contratação.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Não se aplica a esta contratação.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa contratada, para a execução dos serviços.

1.4. Prazo de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será realizado pela Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual

Se a Contratada descumprir as condições da Contrato ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993

1.12. Penalidades

1.12.1. Poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) no caso de inexecução parcial, sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado contratado;

c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência deste Contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) no caso de inexecução total, com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total contratado;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.12.1.1 A sanção estabelecida no subitem 1.12.1, letra "f", é de competência do Presidente do TRESC.

1.12.2. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução dos serviços sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.12.2.1. Relativamente ao item 1.12.2, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados inexecução total do contrato.